AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE XXXXXXX.

vêm, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** (artigo 99 do CPC), apresentar

ACORDO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS

C/C

MODIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DE ALIMENTOS

pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

I - DOS FATOS:

Por força de sentença judicial homologada nos autos do processo nº XXXXXXX, de lavra do Juízo da XXXXX Vara de Família de XXX, o 1º Acordante foi compelido a cumprir encargo alimentar em favor da 2º e 3º acordantes, no importe de 30%

(trinta por cento) de seus rendimentos brutos, abatidos os descontos compulsórios, inclusive sobre o 13º salário, férias, mais saláriofamília, sendo 15% (quinze por cento) para cada.

Referido valor é descontado mensalmente da folha de pagamento do 1º acordante, junto ao seu ente empregador, e depositado integralmente (ambos os percentuais) na conta bancária de titularidade da 2º acordante, mantida junto ao Banco XXXXXXXX, Agência XXXXXXX, Conta nº XXXXXX, conforme determinação contida no Ofício nº XXXXXX, de XX/XX/XXXX, emitido pelo Douto Juízo da XXXXXX Vara de Família de XXXXXXX.

Ocorre que o 3º acordante, após o *decisium* que fixou os alimentos, atingiu a maioridade civil e exerce labor remunerado na XXXXXXXXXXXX, podendo perfeitamente suprir as próprias despesas de subsistência, **pelo que acordam que os alimentos a seu favor sejam exonerados**.

Acordam ainda que o percentual de alimentos a ser exonerado em favor do 3º acordante, será repassado à 2ª acordante, na forma de majoração, eis que nesse momento essa aufere o importe de 15% (quinze) por cento dos rendimentos do 1º acordante.

Destarte, a 2º acordante passará a receber verba alimentar no importe de 30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do 1º acordante, com incidência sobre décimo terceiro salário, abatidos tão somente os descontos compulsórios de Imposto de Renda e Seguridade Social.

Referido valor deve ser depositado na conta bancária de titularidade da 2ª acordante, qual seja, XXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXX, mantida junto ao Banco XXXXXXXXX, Agência XXXXXXXX, Conta nº XXXXXXXXX.

II - DO DIREITO:

Neste sentido dispõe o Código Civil:

Art. 1699. Se fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstancias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

Os acordantes deixam de pleitear a intimação do Ministério Público eis que não há interesse de incapazes na presente demanda, ao amparo do que dispõe o artigo 698 do CPC.

Os alimentos não incidem sobre parcela de férias eis que o 1° acordante é aposentado.

III - DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requerem:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, nos termos do que dispõe o artigo 99 do CPC;
- b) A homologação do presente acordo para **exonerar** o 1º acordante do pagamento de pensão alimentícia em favor do 3º acordante, no importe de 15% (quinze por cento) de seus rendimentos brutos, abatidos os descontos compulsórios;
- c) A homologação do presente acordo **majorar** o para percentual alimentos em favor da 2ª acordante de 15% (quinze por cento) para 30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do 1º acordante, junto ao seu ente empregador, que deverá ser oficiado, com incidência sobre décimo terceiro salário, abatidos tão somente os descontos compulsórios de Imposto de Renda e Seguridade Social;
- d) Por se tratar de acordo, os acordantes dispensam a realização de audiência de conciliação/mediação, na forma do que dispõe o inciso VII do artigo 319 do CPC; e

e) Seja oficiado o Departamento de Pessoal da Diretoria de Recursos Humanos XXXXXX. localizado XXXXXXX, XXXXXXX/DF, CEP: XXXXX, para que exonere os descontos da verba alimentar em favor do 3º acordante; e altere o percentual de 15% (quinze por cento) para 30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos 1º do acordante, em favor da **2**ª acordante, obtidos a qualquer título, com incidência sobre décimo terceiro salário, abatidos tão somente descontos compulsórios (Imposto de Renda e Seguridade Social), e cujo valor seja depositado mensalmente na conta bancária de titularidade dessa, cujos dados já foram informados nesta inicial.

Protestam provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial pela juntada dos documentos que instruem o presente acordo.

Nesses termos, pedem deferimento.

XXXXXXXX/DF, XX de XXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXX

1º Acordante

2ª Acordante

XXXXXXXXX

3º Acordante

XXXXXXXXXXXX

Colaborador - Matrícula nº XXXXXXXX

XXXXXXXXXXX

Defensor Público do Distrito Federal